



URGENTE

SEE prepara projetos de lei para **atendimento à pauta** da APEOESP

Em contato com a Secretaria Estadual de Educação a Diretoria APEOESP foi informada sobre encaminhamentos e providências relativos aos pontos negociados com o Secretário da Educação em 10 de maio e que levaram à suspensão da greve que se iniciara em 19 de abril.

Abaixo, publicamos um quadro no qual constam as reivindicações, as respostas da SEE até o momento e as providências que vem sendo tomadas pelo Governo.

Lembramos que a mobilização dos professores, por meio da APEOESP, é permanente. Não apenas estamos cobrando da SEE que agilize os procedimentos, como permanecemos trabalhando por um plano de carreira que atenda aos interesses do magistério, por meio da Comissão Paritária e continuaremos pressionando por reajuste salarial, aumento real de salários, implantação da jornada do piso, extensão das condições dos professores da categoria F aos professores da categoria O e todos os demais pontos da nossa pauta.

No dia 28 de junho haverá reunião do Conselho Estadual de Representantes que avaliará os passos já dados no primeiro semestre e a projeção de calendário para o segundo semestre, quando devem ocorrer as negociações com a SEE em torno dos salários e da jornada de trabalho. A reunião do CER, que acontecerá na Quadra dos Bancários, à rua Tabatinguera, 192, Praça da Sé, discutirá ainda data e temário do XXIV Congresso Estadual da APEOESP, evento muito importante para o aperfeiçoamento da nossa organização e para as lutas da nossa categoria.

Neste momento a APEOESP participa da organização e realização das Conferências Intermunicipais de Educação, que elegem os delegados à etapa estadual da II Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014). É fundamental que todas as professoras e todos os professores participem nas suas regiões, contribuindo para a formulação dos rumos da educação brasileira, defendendo nossas concepções e propostas pela valorização dos professores e por ensino público de qualidade.

Resultados e encaminhamentos das Negociações do dia 10 de maio

Pauta de Reivindicações, resultados das negociações e encaminhamentos

Reivindicações	Resultados/situação	Encaminhamentos
1) Aumento real de salário	Serão negociadas no segundo semestre.	Será convocada no segundo semestre a comissão paritária prevista na lei complementar nº 1143/11 para definição de novo reajuste.
2) Reajuste imediato de 13,5%, correspondentes aos 6% já previstos na lei 1143/2011, mais 2% previstos no projeto de lei complementar 11/2013, mais 5% referentes à recomposição do reajuste salarial previsto para 2012;	Registre-se que o reajuste previsto para julho de 2013 era de 6%. Nosso movimento conseguiu ampliá-lo para 8,1%. Continuamos na luta por aumento real e pela reposição de todas as perdas.	
3) Reposição de perdas salariais da ordem de 36,74%;		

4) Cumprimento da jornada estabelecida pela Lei do Piso: no mínimo 33% da jornada de trabalho para atividades de formação e preparação de aulas.	<p>O Parecer CNE/CEB 18/2012, cuja relatora é a presidenta da APEOESP e trata da implantação da jornada do piso, está com o Ministro da Educação para homologação.</p> <p>A APEOESP ingressou com recursos no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal com relação ao processo judicial que trata do mesmo assunto, cuja sentença foi suspensa pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.</p>	Será discutida no segundo semestre a implantação paulatina da jornada do piso.
5) Extensão das condições funcionais dos professores da Categoria F aos professores da Categoria O; 6) Fim das “provinhas” e avaliações excluídas;	<p>A quarentena será de 40 dias até 2016.</p> <p>Prova classificatória para os professores da chamada “categoria O”. Queremos o fim da prova, mas a EC 19 exige que haja processo seletivo para contratação temporária.</p> <p>Fim da prova anual aplicada aos professores da chamada “categoria F”.</p>	Será enviado projeto de lei para alterar a LC 1093/09
7) Direito de atendimento no IAMSPE para os professores da Categoria “O”.	Os professores da “categoria O” terão direito ao atendimento pelo IAMSPE.	Está sendo preparado projeto de lei para alterar a lei geral do IAMSPE para garantir o direito de atendimento médico aos professores da “categoria O”.
8) Concursos públicos para que todos possam efetivar-se.	<p>Foi confirmado concurso para 52.600 vagas de PEB II no segundo semestre.</p> <p>Serão oferecidos cursos gratuitos nas DREs aos candidatos. Haverá parceria APEOESP/SEE.</p> <p>A metodologia de classificação a ser adotada é a da “Curva de Gauss”, ou seja, classificação pela média.</p>	<p>Encaminhado PLC 15/13 à Alesp.</p> <p>A APEOESP apresentou emenda para que seja oferecida a Jornada Reduzida. Se necessário, iremos à justiça.</p>
9) Não à privatização do Hospital do Servidor Público e do IAMSPE.	Não haverá privatização do Hospital do Servidor Público e do IAMSPE	A APEOESP solicitou, por meio da CUT/SP, reunião com o Secretário de Gestão Pública junto com as demais entidades do funcionalismo, para que seja extinta a comissão que trata da Parceria Público-Privada que encaminharia a privatização do Hospital do Servidor/IAMSPE.
10) Melhores condições de trabalho e políticas de prevenção do adoecimento dos professores.	Será firmado com a SEE parceria em torno de projeto a ser elaborado pela APEOESP para prevenção e combate à violência nas escolas.	Foi encaminhada minuta de termo de compromisso à SEE.
11) Respeito ao direito de greve a todos, inclusive professores da categoria O. 12) Reposição das aulas não ministradas durante a greve, pagamento e retirada das faltas dos prontosuários.	<p>Todos podem repor. Haverá pagamento e retirada das faltas.</p> <p>Esta sendo estudada possibilidade de folha suplementar para agilizar o pagamento das reposições.</p>	<p>Publicada Instrução Conjunta CGRH/CGEB.</p> <p>Será emitido comunicado reafirmando que a decisão sobre o cronograma de reposição cabe aos conselhos de escola.</p>
13) Fim da remoção ex officio e da designação de professores das Escolas de Tempo Integral.	O Secretário afirma que não deveria ocorrer remoção contra a vontade do professor.	O Secretário comprometeu-se a emitir comunicado explicitando que não haverá remoção forçada de nenhum professor. Quem desejar permanecer na escola de tempo integral poderá permanecer. Quem optar pela remoção poderá escolher a unidade escolar.
14) Fim dos descontos de faltas e licenças médicas para efeito de aposentadoria especial.	O Secretário disse que foge à alçada da SEE.	<p>A APEOESP solicitou reunião com o Secretário de Gestão Pública para tratar deste assunto.</p> <p>A entidade também luta pela via judicial.</p>
15) Revogação da Lei 1041/08 (lei das faltas médicas).	O Secretário disse que foge à alçada da SEE.	Será reivindicada à Secretaria de Gestão Pública.